


**CONTRATO CEDAE Nº 012/2018 (DM)**  
que entre si celebram a **COMPANHIA**  
**ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**(CEDAE)**, e as empresas reunidas através  
do **CONSÓRCIO SANEANDO O RIO**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. MARCELLO BARCELLOS MOTTA, Diretor de Distribuição e Comercialização Metropolitana, doravante denominada **CEDAE**, e as empresas: (1) **CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA.**, com sede na Rua Otávio Carneiro, 100 – Sala 504 – Icaraí – Niterói – RJ, CEP: 24.230-1912, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.458.749/0001-48, neste ato por meio de seu Administrador, Sr. LUIZ CARLOS DE CARVALHO, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador de carteira de Identidade nº 1981118932 – CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 284.864.807-4; residente e domiciliado na Rua Miguelote Viana, nº 135, Icaraí, Niterói/RJ e (2) **CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 88, salas 1203 e 1205 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.20050-002, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.563.916/0001-08, neste ato por meio de seu Sócio Administrador Sr. JULIO CHITMAN, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 03.562.421-2 (IFP/RJ) e CPF/MF nº 708.850.957-15, residente e domiciliado na Rua Paulo Barreto, nº 34, apt. 501, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, aqui reunidas através do **CONSÓRCIO SANEANDO O RIO**, com sede na Rua Otávio Carneiro, 100 – Sala 505, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.291.754/0001-67, liderado pela primeira empresa, daqui por diante denominadas em conjunto como **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.734/2017**, mediante Dispensa de Licitação (**DL nº 002/2018 - DM**), com fundamento no Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a qual se submete o referido ajuste, bem como aos seguintes atos normativos: Lei Estadual n.º 287/79, Decreto Estadual n. 3.149/80 e Decreto Estadual n. 45.600/2016, fazendo-o nos termos das cláusulas e condições seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente ajuste é a contratação emergencial dos **"SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO À MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS NA ÁREA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, LOTE 02"**, conforme Resolução de Diretoria aprovada no dia 18 de Janeiro de 2018, inserida à fl. 523 do Processo Administrativo n. E-07/100.734/2017. 

- 1.2. As seguintes gerências serão abrangidas pelo **LOTE 02**: GRN – Gerência Regional Oeste e GRB – Gerência Regional da Baixada.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Inserem-se no escopo desta contratação os serviços relacionados na **proposta** da **CONTRATADA**, datada de 08 de Janeiro de 2018, inserida às fls. 128 a 136 do Processo Administrativo referente a esta contratação, cujo conteúdo passa a compor o presente instrumento, embora não transcrito.
- 2.2. A descrição dos serviços consta no Termo de Referência autuado às fls. 06 a 42 do Processo E-07/100.734/2017, estando à fl. 503 o cronograma físico-financeiro.

## CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

- 3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:
- a – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
  - b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
  - c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
  - d – nomear Comissão de Fiscalização para acompanhamento do contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:
- a - Conduzir os serviços de acordo com o Termo de Referência, sua proposta técnica, inserida às fls. 128 a 136 do processo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas do serviço, em estrita obediência às leis vigentes;
  - b – Obedecer às normas de Projeto de Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expreso conhecimento;
  - c- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;



- d - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g - Atender a todas as solicitações de natureza técnica da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h - Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i - Obedecer estrita e rigorosamente os prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito à indenização;
- j- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**.
- k - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- l - Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- m - Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- n - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.

- o – na execução contratual, a gestão do resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002.
- p – A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação de adequação da solução adotada.
- q - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.
- q.1 – A medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.
- r - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.
- s - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.
- t- A **CONTRATADA** deverá Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91;
- u – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5% .



v- Reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ.

#### CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.
- 5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "U", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 6.1. O serviço deverá ser concluído no prazo de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data que vier a ser indicada na Ordem de Início, devendo esta ordem ser posterior à publicação do ato ratificador da contratação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- 6.2. A **CEDAE** se reserva o direito de rescindir a presente contratação tão logo se conclua o procedimento licitatório já instaurado para o mesmo objeto, fazendo-o sem qualquer indenização à **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços, em regime de empreitada por preço unitário, pelo valor de **R\$ 45.813.599,68 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos)**, conforme proposta de fls. 128 a 136 do processo administrativo de referência.
- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que

decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

- 7.3 O valor ajustado será irrevogável durante todo o período da contratação.
- 7.4 As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Conta Orçamentária: 411110325  
Fonte de Recursos: 10  
Código Orçamentário: 33903918  
Centro de Custos: DM000000000  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000433 E 2018000434.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 8.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica dos seguintes Engenheiros: (i) ANA TEREZA ANTONIO DE MATTOS, registro profissional n. 1983105665; (ii) ROSÂNGELA GIMENES DOS SANTOS, registro profissional nº 1989100252; e (iii) JOSÉ CHITMAN, registro profissional nº. 54133/D, que ficarão autorizadas a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 8.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 8.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 9.10 da Cláusula Nona deste Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido, contado a partir da data final do período de adimplemento.

9.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa da obra ou serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver itens 9.11 e 9.11.1 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos dos itens 1.1.1.4 e 1.1.1.4.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.



- 9.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Contrato serão feitos mediante desconto de 2% ao mês "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 9.7.
- 9.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA**.
- 9.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.
- 9.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 9.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 9.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.
- 9.6. De posse da documentação apresentada, a Comissão de fiscalização procederá à sua verificação e atestará a fatura, se nenhuma pendência vier a ser constatada.
- 9.6.1. No caso da não concordância com apenas parte da medição, a Fiscalização liberará o valor não controvertido, notificando a **CONTRATADA**, para providências, quanto às pendências do restante da medição.
- 9.7. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada ou em relação à documentação exigida (ver itens 9.11 e 9.11.1) importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 9.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

9.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

9.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.

9.11. Os pagamentos das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços de engenharia/obras, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa à etapa faturada.

9.11.1. Em havendo disponibilização de mão de obra da **CONTRATADA** à **CEDAE**, em suas dependências ou fora destas, caberá à **CONTRATADA** a elaboração de folha de pagamento exclusiva para os serviços contratados, conforme disposições previstas nos parágrafos 3º e 5º do art. 31 da Lei 8.212/91.

9.11.2. A ausência de qualquer dos documentos mencionados nos itens 9.11 e 9.11.1, bem das seguintes certidões, quando vencidas: (i) Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela PFN; (ii) regularidade de recolhimento das verbas de FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) de débitos trabalhistas, emitida pelo TRT, ensejará a notificação da **CONTRATADA** assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como para a apresentação de defesa.

9.11.3. Expirado o prazo constante do item acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a esta a penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato será rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" da cláusula 13.9.

9.12. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra/serviço de engenharia.

9.13. A **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.



9.14. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, caso a **CONTRATADA** não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "U" da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS**

**10.1** - A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

**10.2** - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

**10.3** - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 3% (três por cento).

**10.4** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**10.5** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;

III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**10.6** - Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**", com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**10.7** - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.

**10.8** - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.



**10.9** - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**10.10** - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**10.11** - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

**10.12** - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo VII constante da OS n. 14.927/2017.

**10.13** - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.


**10.14** - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**10.15** - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO**

11.1. Os serviços serão iniciados a partir da data indicada na ordem de início emitida pela **CEDAE**.

11.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

11.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução – OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização. 



- 11.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.
- 11.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.
- 11.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.
- 11.7. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 11.8. Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da CEDAE-DPO-1, abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 11.8.1. Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo para Solicitações Endereçadas à CEDAE.
- 11.8.2. Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.
- 11.8.3. Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.
- 11.8.4. Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.
- 11.8.5. Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.
- 11.8.6. Ordem de Serviço "E" n. 14.693 de 23 de Maio de 2017, relativa aos procedimentos de recebimento provisório e definitivo.
- 11.9. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes à iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

- 11.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 11.11. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 11.11.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.
- 11.12. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda as etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras CONTRATADA.
- 11.12.1. Caso as etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.
- 11.13. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução das obras/serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.
- 11.14. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recoloca-los em suas condições originais.
- 11.15. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 11.16. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras as demais contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.



11.17. A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO**

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

12.2. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

12.3. A **CONTRATADA** deverá indicar as razões que levaram a propor a cessão ou a transferência do contrato.

12.4. Não é cabível a cessão ou transferência do contrato no caso de inadimplência da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

13.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

13.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

13.3. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

13.4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante.

13.5. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 13.1, serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.6. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c" do item 13.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.7. A aplicação da sanção prevista na alínea "d" do item 13.1 é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

13.8. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 13.1 observará o seguinte:

i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

v) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

13.9. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 13.1 observará o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;



iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 9.11.3

13.10. O não atendimento às solicitações da Fiscalização da **CEDAE**, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

13.11. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

13.12. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à **CONTRATADA** esta responderá por:

- a- multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, podendo a **CEDAE** se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à **CONTRATADA**; e
- b- indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

13.13. A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

13.14. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

13.15. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

13.16. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 13.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.



13.17. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua publicação.

13.18. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

13.18.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 13.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 13.1.

13.19. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO**

14.1. Constituem causas para rescisão do Contrato, de acordo com o Artigo 78 da Lei 8.666/93, os seguintes motivos, dentre outros:

- o não cumprimento de cláusula contratuais;
- a falência;
- a cessão ou a subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

14.1.1. A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (art. 79 - inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito a indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**, dele descontados quaisquer créditos da **CEDAE**, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

14.1.2. Não havendo culpa da **CONTRATADA**, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

14.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**



- 15.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 15.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ENCARGOS

- 16.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, devendo ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FACULDADE DE USO

- 18.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da CEDAE no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a CEDAE exercitá-los a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

- 19.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 19.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - CASOS OMISSOS



20.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações da Lei 8.883/94.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO**

21.1. O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

21.1.1. Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

21.2. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços de engenharia executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

21.3. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

21.4. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

21.5. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

21.6. A obrigação será considerada adimplida, conforme já mencionado no parágrafo terceiro da cláusula quarta, pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima primeira.

21.7. O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à



**CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

21.8. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

21.9. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

21.10. Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

21.11. Caso a presente contratação não ultrapasse o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o procedimento de aceitação provisória previsto nos itens desta cláusula poderá ser dispensado e substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

21.12. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO**

22.1. O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, da seguinte forma:

22.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado, nos termos da alínea "b", inciso I, art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93, far-se-á por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

22.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.





22.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

22.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

22.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

22.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

22.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017**

23.1. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

23.2. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

23.3. O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

23.4. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.



23.5. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

23.6. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

24.1. O extrato desta contratação será publicado do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pela CEDAE.

24.2. Após sua assinatura, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.

25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

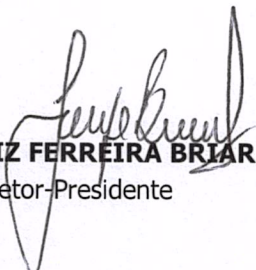
#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

26.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2018.

Pela **CEDAE**:

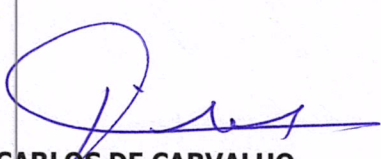


**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor-Presidente

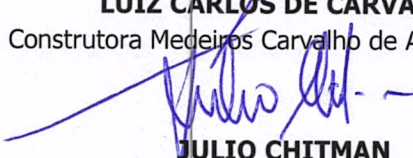


**MARCELLO BARCELLOS MOTTA**  
Diretor de Distribuição e Comercialização  
Metropolitana

Pela **CONTRATADA**:



**LUIZ CARLOS DE CARVALHO**  
Construtora Medeiros Carvalho de Almeida Ltda.



**JULIO CHITMAN**  
Chison Empreendimentos Imobiliário Ltda.

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

Ref. contr-CONS.SANEANDO-RIO-DL-n. 002/2018-DM-PLD



## Secretaria de Estado de Transportes

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIAIS  
DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO  
DE 14.03.2018

PROC. Nº E-10/005/9070/2017 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, DETERMINO o cancelamento do Auto de Infração nº D-679416.

PROC. Nº E-10/005/15164/2017- RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 22.628,74 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), em favor da Empresa Investiplan Computadores e Sistema de Refrigeração LTDA, referente ao mês de dezembro de 2017.

Id: 2092622

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIAIS E TERMINAIS  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRODESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 13.03.2018

PROCESSO Nº E-10/004/32/2018- RATIFICO a inexistência de licitação em conformidade com o art. 25, combinado com o art. 26, da Lei Federal nº 8666, de 21/08/93, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, para fazer face à prestação de serviços de publicação de textos legais relativos à CODERTE (avisos, editais, convocações, extratos de contratos, etc), conforme autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade Ordenadora de Despesas.

Id: 2092708

## Secretaria de Estado do Ambiente

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATOS DO DIRETOR-GERAL INTERINO

## PORTARIA SEA DGAF Nº 71 DE 13 DE MARÇO DE 2018

DESIGNA O GERENTE EXECUTIVO DO CONVENIO Nº 05/2010 CELEBRADO PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COM O MUNICÍPIO DE BARRA MANSA.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE, no exercício de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 21, do Decreto Estadual nº 44.879, de 18 de julho de 2014;

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO, Identidade Funcional 321816-4, como Gerente Executivo do Convênio nº 05/2010, celebrado pelo Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente com o Município de Barra Mansa visando a Execução de Obras de Saneamento e Acompanhamento de sua Operação no Município, com recursos provenientes do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano-FECAM.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018

LINCOLN MURCIA  
Diretor-Geral de Administração e Finanças Interino

## PORTARIA SEA DGAF Nº 72 DE 13 DE MARÇO DE 2018

DESIGNA O GERENTE EXECUTIVO DO CONVENIO Nº 11/2013 CELEBRADO PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE COM O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE, no exercício de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 21, do Decreto Estadual nº 44.879, de 18 de julho de 2014;

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO, Identidade Funcional 321816-4, como Gerente Executivo do Convênio nº 11/2013, celebrado pelo Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente com o Município de Volta Redonda visando a Execução de Obras de Saneamento e o Acompanhamento de sua Operação no Município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018

LINCOLN MURCIA  
Diretor-Geral de Administração e Finanças Interino

Id: 2092170

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
ATO DO DIRETOR-GERAL INTERINO

## PORTARIA SEA DGAF Nº 73 DE 14 DE MARÇO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA PARA PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONAM.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO, no exercício de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência ao servidor Daniel Paulino Silva, Id. Funcional nº 5034760-8, como responsável pelos bens em almoxarifado e bens patrimoniais desta Secretaria, sem prejuízo de suas funções, em substituição ao servidor Diego Luiz Felfeiza da Silva, Id. Funcional nº 4216513-0.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018

LINCOLN MURCIA  
Diretor-Geral de Administração e Finanças Interino

Id: 2092788

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CORREGEDORIADESPACHO DO CORREGEDOR  
DE 08.03.2018

PROCESSO Nº E-07/002.12918 /2017 - SOBRESTAR, até a data o envio do Parecer da Procuradoria do INEA quanto a possibilidade de responsabilização de servidor em processos de prescrição intercorrente.

Id: 2092754

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## DIRETORIA DE PÓS LICENÇA

## DESPACHOS DO DIRETOR

DE 24.01.2018

PROC. Nº E-07/002.7325/16 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Empresa Foxwater RJ Serviços e Equipamentos Ltda., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 112/117.

PROC. Nº E-07/002.7171/16 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Empresa Foxwater RJ Serviços e Equipamentos Ltda., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 180/185.

DE 06.03.2018

PROC. Nº E-07/509.774/12-INDEFIRO a impugnação apresentada pelo Posto de Gasolina Star da Jota Ltda-EPP- RECURSO a solicitação de vitória e prola complementar feita na mencionada impugnação, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 77/85.

PROC. Nº E-07/506.433/11 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Empresa Somold Indústria e Comércio Ltda.; RECURSO a solicitação de vitória complementar feita na mencionada impugnação; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 56/63.

PROC. Nº E-07/506.432/11 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Empresa Somold Indústria e Comércio Ltda., mantendo a multa aplicada através do Auto de Infração COGEFISEI/00142647; RECURSO a solicitação de vitória complementar feita na mencionada impugnação; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 42/50.

PROC. Nº E-07/100.453/10 - INDEFIRO a impugnação apresentada por José Santos Rossi, em função da sua intempetividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 42/50.

PROC. Nº E-07/002.3621/14 - DEIRO PARCIALMENTE a impugnação apresentada pela Empresa Somold Indústria e Comércio Ltda., reduzindo a multa para o valor de R\$ 32.896,56 (trinta e dois mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), conforme o contido às fls. 48/47; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 48/54.

PROC. Nº E-07/002.2705/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 83/90.

PROC. Nº E-07/002.0928/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, CONVALIDO o Auto de Infração nº SUPBEGEAI/00140487, o qual passa a contar a seguinte descrição no campo Endereço da Atividade Praça Nilo Peçanha nº 188, Centro, Angra dos Reis/RJ; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 66/73.

PROC. Nº E-07/002.13366/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada em 21/01/15 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração constante às fls. 76/83.

PROC. Nº E-07/002.3632/17 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Resende; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 18/21.

PROC. Nº E-07/002.16105/14 - DEIRO a impugnação apresentada pela Empresa Fortecom Comércio de Material de Construção Ltda., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 19/23.

PROC. Nº E-07/002.8904/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Empresa Barbelos & Cia Ltda., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 47/52.

PROC. Nº E-07/002.6480/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 83/90.

DE 09.03.2018

PROC. Nº E-07/002.1824/17 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Empresa Coroa Grande Serviços Portuários Ltda., acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 23/26.

PROC. Nº E-07/002.10958/17 - DEIXO DE CONHECER A impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Itaboraí; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 32/35.

PROC. Nº E-07/002.3311/17 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Prefeitura Municipal de Itaitia; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 20/23.

PROC. Nº E-07/002.8037/15 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada pela Empresa Tecmaulca Comércio e Representações LTDA.; acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante às fls. 28/29.

Id: 2092758

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 19/01/2018

DESIGNA CLAUDIO VICTOR ROCHA DO ESPÍRITO SANTO, Engenheiro D, como Presidente, ALMIR MOURA SILVA, Ajudante de Saneamento, ARMANDO COSTA VIEIRA JUNIOR, Engenheiro F como membros titulares, e AURICELI MOLLO GONÇALVES KAYSER, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário das Gerências Regionais na Área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - LOTE I, de que trata o Processo E-07/100.734/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.029/2018.

Id: 2092618

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 19/01/2018

DESIGNA GUSTAVO MODESTO SCHMIDT, Técnico de Saneamento II, como Presidente, PAULO MARCOS DOS REIS CHAGAS, Agente Administrativo E, MANUEL JOSÉ FERNANDES CORDEIRO, Ajudante de Saneamento como membros titulares, e AURICELI MOLLO GONÇALVES KAYSER, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato GUACI PEREIRA SOARES, Agente Administrativo F e EDUARDO AMIM MOTA LOPES, Engenheiro B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO À MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS NA ÁREA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - LOTE II, de que trata o Processo nº E-07/100.734/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.030/2018.

Id: 2092619

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 14/03/2018

DESIGNA ANA CLAUDIA PENHA, Agente Administrativo E, como Presidente, LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo e HELIO DOS SANTOS DEMARIA, Agente Administrativo E, como membros titulares, e ENNES AVELLAR DA SILVA, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato RICARDO PALAGANO RAMALHO, Assessor de Marketing, bem como LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA MATTA, Agente Administrativo E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DAS EDIÇÕES

TÉCNICAS OFICIAIS E DOS BOLETINS DE NOTÍCIAS DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.114/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.052/2018 - REVOGA a Ordem de Serviço "E" nº 14.852, de 21 de setembro de 2017.

Id: 2092704

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 12/03/2018

PROCESSO Nº E-07/100.300/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 353/2017 (ASL-DP), realizado em 14/03/2017.

Id: 2092593

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 13/03/2018

PROCESSO Nº E-17/100.657/2015 - HOMOLOGO a licitação por Tomada de Preços TP - 102/2018 (ASL-1.1), realizada em 07/03/2018.

Id: 2092594

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 14/03/2018

PROCESSO Nº E-07/100.661/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 301/2018 (ASL-DP), realizado em 05/02/2018.

Id: 2092705

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 15/03/2018

PROCESSO Nº E-07/100.110/2018 - Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a Inexistência de Licitação - IL nº 001/2018 (DP), com base no inciso II do artigo 25 e c/c o art. 13 inciso VI da Lei nº 8.666, de 21/08/93 e suas alterações, no valor de R\$ 28.463,00 (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e três reais), em favor de RODRIGO PIROTI AGUIRRE DE CASTRO - ME, para a CONTRATAÇÃO CURSO IN COMPANY DE GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016.

Id: 2092984

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## RETIFICAÇÃO

D.O. DE 12/03/2018

PÁGINA 31 - 1ª COLUNA

## DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 08/03/2018

Processo nº E-07/100.168/2018

Onde se lê: ... DL nº 024/2018 e 025/2018 (DF) ...

Leia-se: ... DL nº 002/2018 e 003/2018 (DF) ...

Id: 2092592

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e AbastecimentoSECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA  
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## DESPACHO DO DIRETOR-GERAL

DE 15.03.2018

PROCESSO Nº E-02/007/001971/2017 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade de SHOPPING Nº 001/2018, do tipo Menor Preço Global por Lote, realizado em 08/02/18, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 9º, inc. V, do precatório Regulamento, na forma que segue a firma:

COMPLAN EMPREENDIMENTO E SERVIÇOS LTDA - ME, para o Lotes 01 e 02 - Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Serviços de Conservação e de Gestão de Riscos das Pontes Construídas pelo Projeto Rio Rural na Região Serrana, no valor de R\$ 512.802,12 (quinhentos e doze mil oitocentos e dois reais e doze centavos).

Id: 2092777

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA PESCA  
E ABASTECIMENTOEMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ATO DO PRESIDENTE

## PORTARIA PESAGRO-RIO Nº 03 DE 14 DE MARÇO DE 2018

## DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL INCUMBIDA

## DE PROCEDER A ANÁLISE DA MINUTA DA

## REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA PESA-

## RIO RIO.

O PRESIDENTE DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições conforme previsto no artigo 33, do Estatuto, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 56, do Decreto nº 46.188, de 06/12/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar os funcionários, abaixo relacionados, para, sob a coordenação do primeiro, constituir COMISSÃO ESPECIAL incumbida de proceder a análise da MINUTA da fls. 63/96 do Processo Administrativo nº E-02/003/117/2017, que trata da reforma do Estatuto Social da PESAGRO-RIO, realizando a revisão da mesma e, se for o caso, proceder alterações com a apresentação de Relatório Conclusivo, submetendo-a a consideração da Diretoria da Empresa.

MARIO JOSÉ GOMES SARAIVA, ID. Funcional nº 25222260; LEDA MARIA SILVA KIMURA, ID. Funcional nº 25237497; MARIA DA CONCEIÇÃO A. DE SOUZA ID. Funcional nº 25226150; JOSE VELOSO, ID. Funcional nº 25222449.

Art. 2º - No caso de alterações, a Comissão deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Niterói, 14 de março de 2018

RAFAEL MUZZI DE MIRANDA

Presidente

Id: 2092491

## EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

## DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 12.03.2018

PROCESSO Nº E-02/003/24/2018 - RATIFICO a inexistência de licitação no art. 26 caput da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

## DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

## DESPACHO DO DIRETOR

DE 07.03.2018

PROCESSO Nº E-02/003/24/2018 - DECLARO a inexistência de licitação no Art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; ADJUDICO a prestação de serviços do objeto do presente administrativo à Concessionária BRK Ambiental Macaé S/A; AUTORIZO a despesa no valor estimado de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), visando atender despesas com serviços de fornecimento de água e esgoto para o CEPFUS, referente ao 1º semestre de 2018 e a emissão da respectiva Nota de Empenho mensal à conta do PFI: 1354.20.122.0002.8021 - Fonte de Recurso: 100, Modalidade de Aplicação 3390.00, do orçamento em vigor.

Id: 2092238



A assinatura não possui validade quando impresso.